

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IAPEN - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARÇA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2026.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 8h30 (oito horas e trinta minutos), no auditório da Autarquia, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do IAPEN: Erasmo Hideaki Kaihatu, Fábio Henrique Maximiano da Silva, Francisco Ferreira dos Santos, Pedro José Frasson, Rafael de Oliveira Mathias; o conselheiro e membro do Comitê de Investimentos, Paulo Victor do Amaral de Souza; o conselheiro suplente, Odair Krugner; e os membros do Comitê de Investimentos, José Roberto Carvalho e Marcelo Batista Assis. Registrou-se a ausência dos conselheiros Liliana Burneiko Leite Martins, Luiz Roberto Lopes de Souza e Márcia Regina Barbosa e do membro do Comitê de Investimentos José Nildo Moreira Tavares. Esteve presente, ainda, o Diretor Superintendente e Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo Rosa, com direito a voz, porém sem direito a voto nas deliberações do Conselho de Administração. Após a verificação do quórum legal, o Presidente do Conselho, Sr. Pedro José Frasson, declarou aberta a reunião e solicitou ao secretário a leitura da ata da reunião ordinária anterior, realizada em 26 de março de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi apresentado o balancete das receitas e despesas referente ao mês de março, que registrou receitas no montante de R\$ 2.414.710,58, das quais R\$ 257.606,86 decorreram da realização de ganhos obtidos com resgates de investimentos realizados no período. As despesas orçamentárias pagas totalizaram R\$ 2.462.683,76, acrescidas do pagamento de restos a pagar no valor de R\$ 7.500,00, resultando em déficit de R\$ 51.603,09. O Superintendente esclareceu que os aportes destinados à cobertura de insuficiência financeira não são considerados para fins dessa apuração. Na sequência, foi apresentado o Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Financeiro referente ao mês de março e ao acumulado do primeiro trimestre. No mês de março, foram registradas receitas no montante de R\$ 765.000,49, além de aporte destinado à cobertura de insuficiência financeira no valor de R\$ 630.227,25. As despesas totalizaram R\$ 1.348.601,74, acrescidas do pagamento da quadragésima sétima parcela do acordo relacionado ao Processo nº 1002092-15.2020.8.26.0201, no valor de R\$ 43.632,86, resultando em superavit de R\$ 2.993,14 no período. No acumulado do primeiro trimestre, as receitas somaram R\$ 2.235.856,78, além dos aportes destinados à cobertura de insuficiência financeira, que totalizaram R\$ 1.922.626,11. As despesas atingiram o montante de R\$ 3.985.411,66, enquanto os pagamentos das parcelas do acordo referente ao Processo nº 1002092-15.2020.8.26.0201 totalizaram R\$ 129.821,91, resultando em superavit acumulado de R\$ 43.249,32 no trimestre. O Superintendente relembrou que, nos termos do art. 81, §1º, da Lei Complementar nº 88, de 11 de outubro de 2022, sempre que houver déficit financeiro entre a arrecadação



das receitas do Fundo Financeiro e as despesas com benefícios previdenciários e demais encargos, a respectiva cobertura deverá ser efetuada pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, mediante repasse mensal proporcional aos proventos de aposentadorias e pensões vinculados a cada órgão ou entidade. Ao final, ressaltou que tais disposições vêm sendo rigorosamente observadas, mantendo-se todas as obrigações do Fundo Financeiro em dia, encerrando-se o período com saldo de R\$ 285.575,99. Na sequência, foi apresentado o Demonstrativo das Despesas Administrativas referente ao mês de março e ao acumulado do primeiro trimestre. No mês de março, foram registradas receitas no montante de R\$ 105.098,08 e despesas no valor de R\$ 82.659,71, resultando em superavit de R\$ 22.438,37. No acumulado do primeiro trimestre, as receitas totalizaram R\$ 310.553,99, enquanto as despesas somaram R\$ 216.833,87, apurando-se superavit de R\$ 93.720,12 no período. O Superintendente informou que todas as obrigações relativas às despesas administrativas encontram-se devidamente adimplidas, tendo o fundo encerrado o período com saldo de R\$ 538.639,83. Em relação ao Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário, no mês de março as receitas totalizaram R\$ 1.437.839,34, enquanto as despesas somaram R\$ 1.192.468,40, resultando em superavit de R\$ 245.370,94. O Superintendente esclareceu que o resultado foi impactado pelo aporte atuarial no valor de R\$ 182.068,28 e pelo recebimento de compensação previdenciária no montante de R\$ 121.699,45, destacando ainda que, mesmo com a quitação dos CADPREV nº 485, 486, 487 e 488 — o que reduziu as receitas em pouco mais de R\$ 100 mil — o fundo manteve resultado superavitário. No acumulado do primeiro trimestre, as receitas totalizaram R\$ 4.322.595,00 e as despesas R\$ 3.532.703,79, resultando em superavit de R\$ 789.891,21 no período. Por fim, informou-se que o fundo encerrou o mês com saldo de R\$ 239.917.221,11. Na sequência, foi apresentado o Boletim Financeiro referente ao dia 31 de março, o qual demonstrou saldo em conta corrente no valor de R\$ 150,00 e saldo em aplicações financeiras no montante de R\$ 240.741.286,93, acompanhados dos respectivos extratos. Do total aplicado, R\$ 285.525,99 referem-se ao Fundo Financeiro, R\$ 538.589,83 ao Fundo de Administração e R\$ 239.917.171,11 ao Fundo Previdenciário. No que se refere ao retorno dos investimentos, o Superintendente informou que, no mês de março, o resultado apurado foi positivo, totalizando R\$ 1.007.495,63, o que corresponde a uma rentabilidade de 0,42%, inferior à meta estabelecida para o período, de 1,37%. Informou ainda que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês foi de 0,88%. A carteira de renda fixa apresentou resultado positivo de R\$ 2.409.193,86, equivalente a uma rentabilidade de 1,25%, enquanto o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) registrou variação de 1,21% no mesmo período. No que se refere aos demais índices de referência, foram observadas as seguintes variações: IDKA IPCA 2A, 1,39%; IDKA Pré 2A, -0,83%; IRF-M, -0,59%; IRF-M1, 1,02%; IMA-B5, 1,39%; IMA-Geral, 0,32%; IMA-B, 0,17%; e IMA-B5+, 0,79%. Por fim, consignou-se que, dentre os investimentos em renda fixa, no mês de março, apenas o fundo "BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA

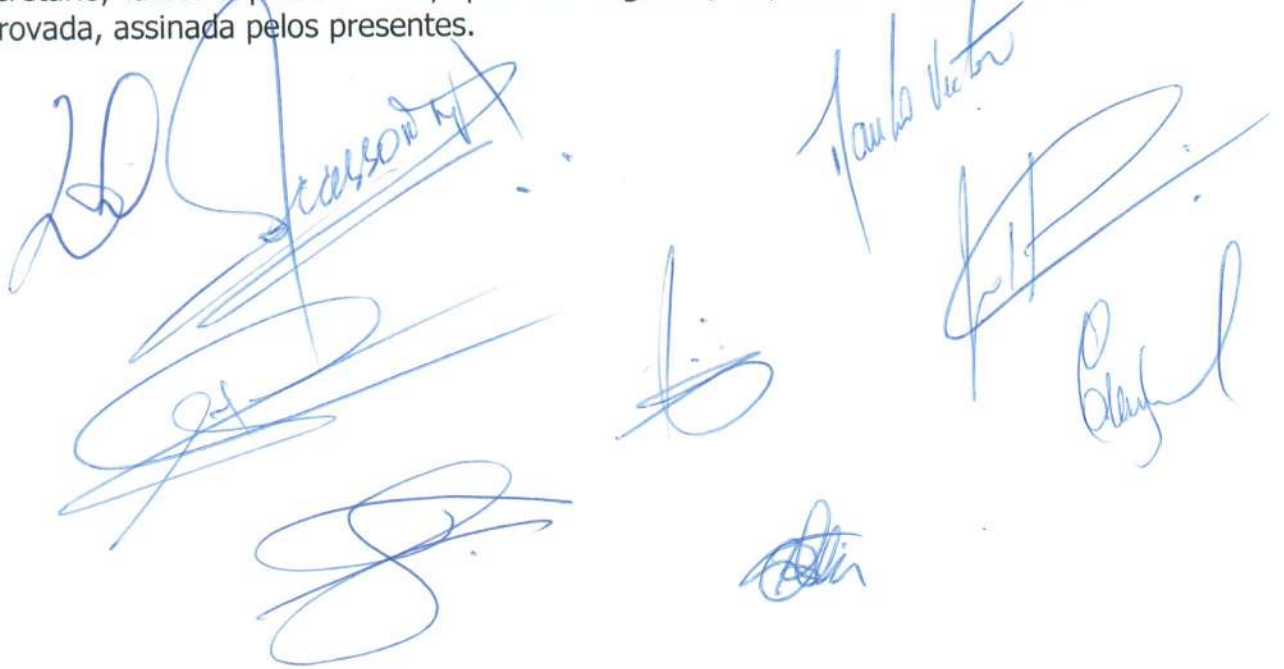
FIXA" apresentou desempenho negativo no período, enquanto os demais fundos registraram desempenho positivo. Contudo, apenas os fundos de vértices superaram a meta atuarial no período. No segmento de renda variável, o Superintendente informou que o resultado apurado no período foi negativo, totalizando R\$ 1.191.680,54, correspondente a uma rentabilidade de -2,76%. No mesmo período, observou-se que o índice Ibovespa apresentou variação de -0,70%, enquanto o IDIV registrou -0,23%, o IFIX -1,06%, o Global DBRX -3,67% e o S&P 500 -5,09%. Foi registrado desempenho positivo apenas pelo fundo "CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11", com retorno de 0,01%. Os demais fundos da carteira de renda variável apresentaram desempenho negativo no período, destacando-se as maiores quedas nos fundos "CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL RESP LIMITADA FIF AÇÕES", com -9,24%, "BB SELEÇÃO FATORIAL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES", com -5,27%, "BB BOLSA AMERICANA RESP LIMITADA FIF AÇÕES", com -4,21%, "CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I", com -3,71%, "BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND RESP LIMITADA FI", com -2,64%, e "ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES", com -2,09%. No que se refere aos investimentos no exterior, o Superintendente informou que, no mês, o desempenho apurado foi negativo, com resultado de R\$ 210.017,69. Esclareceu que, nesse segmento, encontra-se alocado apenas o fundo "SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO", o qual apresentou retorno de -6,27%, desempenho inferior ao seu respectivo benchmark, o MSCI World, que registrou variação negativa de 5,28%. O Superintendente destacou ainda que o retorno acumulado no primeiro trimestre, de 3,78%, corresponde a 115,04% da meta atuarial, fixada em 3,29%, conforme informações constantes nos relatórios da consultoria, em especial no "Relatório Analítico dos Investimentos em março e 1º trimestre de 2026". Nesse período, a renda fixa apresentou resultado positivo de R\$ 6.625.830,29, equivalente a uma rentabilidade de 3,51%, superior à meta atuarial. No segmento de renda variável, o Superintendente informou que o resultado apurado no trimestre foi positivo, totalizando R\$ 2.491.840,75, correspondente a uma rentabilidade de 5,99%, também superior à meta atuarial. Por fim, registrou-se resultado negativo no trimestre apenas para os investimentos no exterior, que totalizaram R\$ 364.067,76, correspondente a -10,40%. De acordo com o relatório de acompanhamento, o Superintendente informou não terem sido identificados desenquadramentos na carteira de investimentos em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos, ressalvadas as ocorrências de desenquadramentos passivos decorrentes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025. Nesse contexto, registrou-se que os fundos "BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS RESP LIMITADA FIP" e "PREMIUM FIDC SÊNIOR 1" encontram-se em desacordo com o disposto no art. 2º, §2º, inciso I, que estabelece a exigência de administrador ou gestor classificado como S1 ou S2. Adicionalmente, os fundos "BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP", "CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA", "CAIXA BRASIL RESP LIMITADA

FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP", "BB SELEÇÃO FATORIAL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES", "BB VALOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES", "CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES", "ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES SUBCLASSE", "MOS INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES" e "CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I" encontram-se em desacordo com o art. 19, inciso III, §2º, que dispõe sobre o limite de participação total dos RPPS em até 50% do patrimônio líquido do fundo. Ressaltou-se, contudo, que tais desenquadramentos são classificados como passivos, nos termos do art. 27, §1º, da referida Resolução, devendo os excessos ser sanados no prazo de até dois anos, contados da data de ocorrência do desenquadramento, qual seja, a entrada em vigor da norma. Na sequência, foi apresentado o Boletim Financeiro referente ao dia 20 de abril, o qual evidenciou saldo total de R\$ 240.470.127,21, sendo R\$ 567,12 mantidos em conta corrente e R\$ 240.469.560,09 aplicados em investimentos financeiros. Do montante total, R\$ 38.337,24 correspondem ao Fundo Financeiro, R\$ 563.532,91 ao Fundo de Administração e R\$ 239.867.689,94 ao Fundo Previdenciário. Em relação ao desempenho dos investimentos no mês corrente, o Superintendente informou que, até o momento, o resultado apurado encontra-se positivo. Conforme relatório de acompanhamento diário elaborado pela consultoria, o retorno acumulado até o dia 16 de março corresponde a 1,45%. No segmento de renda variável, o desempenho acumulado no período é positivo em 4,43%, enquanto os principais índices de referência apresentaram os seguintes resultados: Ibovespa, com variação positiva de 4,99%; IDIV, 3,99%; IFIX, 1,14%; Global BDRX, 5,45%; e S&P 500, com variação positiva de 7,80%. No segmento de renda fixa, o retorno acumulado apresenta resultado positivo de 0,71%. Nesse contexto, os principais indicadores registraram as seguintes variações: IRF-M1, 0,56%; CDI, 0,60%; IRF-M, 1,30%; IMA-B5, 1,13%; IMA-B5+, 2,79%; IMA-B, 2,06%; IMA-Geral, 1,12%; IDKA Pré 2A, 1,10%; e IDKA IPCA 2A, 1,03%. Quanto aos investimentos no exterior, o retorno acumulado no mês apresenta resultado positivo, com o índice MSCI World registrando variação positiva de 4,38%. O relatório macroeconômico da consultoria de Investimentos Crédito & Mercado destacou alguns pontos sobre o cenário do mês de março que influenciaram o mercado de renda variável local. *"O índice Bovespa recuou -0,70% no mês, aos 187.461 pontos. No acumulado do ano, o índice avança +16,35%. O mês foi marcado por forte volatilidade, refletindo as tensões na região do Oriente Médio diante do conflito entre EUA, Israel e Irã, que prejudicou o escoamento de petróleo pelo mar do Golfo Pérsico, levando o preço do petróleo a acumular alta de quase 50% no mês. Na reta final do mês, a esperança de desescalada do conflito abriu espaço para uma recuperação global das bolsas e baixa do dólar. Em março, a entrada líquida de recursos dos investidores estrangeiros na bolsa brasileira atingiu R\$ 11,7 bilhões, levando o saldo do ano para R\$ 54,1 bilhões. Respondendo por cerca de 60% do volume financeiro da B3, o capital estrangeiro continua direcionando recursos para a bolsa brasileira, sobretudo, para as chamadas "blue chips", as ações de maior liquidez da bolsa. Este fluxo positivo tende a*

continuar, a não ser que os bancos centrais decidam subir juros globalmente em um cenário de risco inflacionário elevado, levando investidores a buscar proteção na renda fixa. Por aqui, a decisão do Copom em reduzir a taxa Selic em apenas 0,25 ponto porcentual, para 14,75% ao ano, refletiu uma postura mais cautelosa devido à alta da inflação (IPCA de fevereiro e IPCA-15 de março acima do esperado) e incertezas geopolíticas que tendem a impactar a macroeconomia global. Nos EUA, a autoridade monetária decidiu pela manutenção do juro na faixa de 3,50% a 3,75% ao ano, refletindo as tensões geopolíticas e pressões inflacionárias persistentes, além de um mercado de trabalho criando vagas de trabalho acima do esperado. Os mercados de ações globais, no geral, recuaram pressionadas com a escalada do conflito no Oriente Médio, com os principais índices marcando o pior desempenho mensal em 12 meses. O S&P 500, maior referência do mercado de ações norte-americano recuou -5,09% (-3,80% em reais), enquanto o Nasdaq 100 Index, que reflete o desempenho das maiores empresas norte-americanas não financeiras, registrou queda de -4,89% (-3,60% em reais). Já o MSCI World, que reflete o desempenho médio das bolsas no mundo, recuou -6,55% (-5,28% em reais). Enquanto o Global BDRX, índice que reflete o desempenho dos BDR Nível I negociados na B3, acumulou queda de -3,67%. O dólar comercial avançou +0,87% frente ao real, encerrando o mês cotado a R\$ 5,179. No acumulado do ano, o dólar à vista registra queda de -5,64%." O relatório Focus, divulgado em 17 de abril, indica expectativas de inflação de 4,80% para 2026 e de 3,99% para 2027. Em relação à política monetária, projeta-se a taxa Selic em 13,00% para 2026, com expectativa de redução para 11,00% em 2027. Quanto ao câmbio, as projeções apontam cotação de R\$ 5,30 para 2026 e de R\$ 5,35 para 2027. Quanto à posição atual dos investimentos, não foram apresentadas propostas de alteração da carteira, uma vez que os resultados permanecem superiores à meta atuarial, bem como em razão de estar em andamento o processo de definição do nível de aderência ao Programa Pró-Gestão. Em relação aos recursos mensais, manteve-se a aplicação no fundo "CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP". Os resgates destinados ao pagamento das despesas mensais do Fundo Previdenciário continuam sendo realizados nos fundos "CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP" ou "CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA", contribuindo para o reenquadramento gradual da carteira. No que se refere ao processo PMG x IAPEN, o Superintendente informou que, no mês de abril, foi realizado o pagamento da 48ª parcela do acordo firmado, no valor de R\$ 44.157,98. O referido montante foi atualizado pelo IPCA relativo ao mês de fevereiro, no percentual de 0,70%, acrescido de juros de 0,50%, conforme disposto no artigo 196-A do Código Tributário Municipal. Na sequência, o Superintendente apresentou a sentença que julgou regulares, com ressalvas, as contas do exercício de 2024. Esclareceu que o relatório foi disponibilizado no Sistema de Processo Eletrônico do TCE-SP em 13 de abril, com data de 13 de março de 2026, e que se encontra no aguardo de sua publicação no Diário Oficial para posterior disponibilização integral no site do Instituto. Em seguida,

o Superintendente apresentou o requerimento de renúncia ao cargo de membro do Comitê de Investimentos, protocolado em 15 de abril, formulado pelo membro indicado pelo Conselho de Administração, Sr. José Nildo Moreira Tavares. Considerando que o referido membro já havia manifestado previamente sua intenção de renunciar à função por motivos particulares, a solicitação foi acolhida pelos demais membros do Comitê, bem como pelo Conselho de Administração. Para substituição, foi indicado o Sr. Emiliano da Silva Alves, ocupante do cargo efetivo de Analista em Tecnologia da Informação na Câmara Municipal. O Superintendente informou que o indicado obteve recentemente a certificação de nível intermediário (CP RPPS CGINV II), exigida para o exercício da função de membro do Comitê, bem como atende aos demais requisitos previstos na legislação vigente. Diante das considerações apresentadas, todos os conselheiros presentes manifestaram-se favoravelmente à indicação, a qual deverá ser encaminhada ao Prefeito para expedição da Portaria de nomeação. Para encerrar a pauta, o Superintendente informou que o CRP emitido em 08/11/2025 permanecerá válido até 07/05/2026. Ressaltou que, no momento, existem pendências relacionadas à certificação de membro do Comitê de Investimentos, considerando que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o sistema CADPREV passou a exigir a verificação da certificação de todos os integrantes do Comitê de Investimentos. Contudo, após a nomeação do indicado nesta reunião, a situação deverá ser regularizada, possibilitando a renovação automática do certificado. Ressaltou ainda que a certificação da maioria dos dirigentes e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal será verificada pelo sistema a partir de 31/07/2026. Dessa forma, aqueles que ainda não obtiveram a certificação devem providenciá-la, a fim de evitar eventuais impedimentos nas futuras renovações do CRP. E no que se refere à adesão ao Pró-Gestão, conforme já discutido em reuniões anteriores, o cenário ideal seria a obtenção da certificação de nível III, o que regularizaria praticamente todos os desenquadramentos da carteira de investimentos. Permaneceriam pendentes apenas as aplicações enquadradas no Art. 10, II, que exigem nível IV e representam cerca de 0,14% da carteira, e no Art. 7º, IX, também dependentes de nível IV, cuja participação é inferior a 0,01%, uma vez que correspondem a pouco mais de R\$ 500,00. Destaca-se, contudo, que este último ativo encontra-se em processo de liquidação desde 2013, conforme fato relevante, o que inviabiliza seu resgate. Por outro lado, o Superintendente relatou dificuldades para atendimento de alguns requisitos do nível III, principalmente em razão do quadro reduzido de servidores do Instituto. Diante disso, está sendo avaliada a possibilidade de enquadramento no nível II, cujas exigências se mostram mais compatíveis com a atual estrutura administrativa. Nesse cenário, além das aplicações enquadradas no Art. 10, II e no Art. 7º, IX, também ficariam desenquadrados os ativos do Art. 8º, III, que representam aproximadamente 3,20% da carteira, e os do Art. 11, com cerca de 0,18%. Ainda assim, a certificação em nível II permitiria a adequação de cerca de 96,5% da carteira, além de ampliar as possibilidades de diversificação, restando aproximadamente 3,5% a serem realocados para o

pleno atendimento aos limites estabelecidos pela nova resolução. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Erasmu Hideaki Kaihatu Erasmu Hideaki Kaihatu, secretário, lavrei a presente ata, que será digitada, impressa e, após lida e aprovada, assinada pelos presentes.



Handwritten signatures in blue ink, including the name "Erasmu Hideaki Kaihatu" and other illegible signatures.

ANEXOS

Tabela 01: Fluxo de Caixa - Março/2026.

1 - RECEITAS x DESPESAS				
Itens	Fundo ADM	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário	Total
Saldo Anterior	510.125,36	281.320,78	238.628.059,85	239.419.505,99
Repasso das Contribuições	105.098,08	717.372,51	1.079.324,15	1.901.794,74
Cadprev	-	-	54.747,46	54.747,46
Comprev	-	47.250,18	121.699,45	168.949,63
Amortizações / Dividendos	-	-	4.047,49	4.047,49
Cupons de Juros	-	-	-	-
Rentabilidade	6.076,10	1.262,07	996.109,97	1.003.448,14
Aportes por Insuficiência Financeira	-	630.227,25	-	630.227,25
Aportes Amortização de Déficit Atuarial	-	-	182.068,28	182.068,28
Outras Receitas	-	377,80	43.632,86	44.010,66
(+) Entradas	111.174,18	1.396.489,81	2.481.629,66	3.989.293,65
(-) Pasep	1.018,63	-	-	1.018,63
(-) Comprev	-	7.026,23	-	7.026,23
(-) Despesas	28.180,13	43.632,86	-	71.812,99
(-) Folha Pqto.	53.460,95	1.341.575,51	1.192.468,40	2.587.504,86
(-) Sentenças Judiciais	-	-	-	-
(-) Saldas	82.659,71	1.392.234,60	1.192.468,40	2.667.362,71
Saldo Final	538.639,83	285.575,99	239.917.221,11	240.741.436,93







Tabela 02: Aplicações - Março/2026.

2 - APLICAÇÕES					
Segregação	Tipo	Fundo			Valor
				CNPJ	
ADMINISTRATIVO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	46.329,67
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	68.768,04
FINANCEIRO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	463.574,82
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	466.567,96
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	952.496,91
		Aplicação	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	-
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	1.245.348,58
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	182.068,28
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	181.868,66
		Aplicação	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	-
PREVIDENCIÁRIO	DIVIDENDOS	Resgate	CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	3.150,00
		Resgate	BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII - BRCR11	08.924.783/0001-01	897,49









Tabela 03: Retorno carteira - Março/2026.

Mês	Saldo Anterior	Aplicação	Resgate	Saldo Mês	Retorno R\$	Retorno Ac R\$	Retorno Mês %	Retorno Acum %
Janeiro	230.931.001,09	21.251.446,57	- 20.809.861,64	236.305.226,90	4.932.640,88	4.932.640,88	2,13%	2,13%
Fevereiro	236.305.226,90	2.781.635,02	- 2.476.975,21	239.419.355,99	2.813.466,77	7.746.107,65	1,19%	3,35%
Março	239.419.355,99	1.962.752,86	- 1.644.270,06	240.741.286,93	1.007.495,63	8.753.603,28	0,42%	3,78%
Abril	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Maiο	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Junho	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Julho	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Agosto	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Setembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Outubro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Novembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Dezembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%







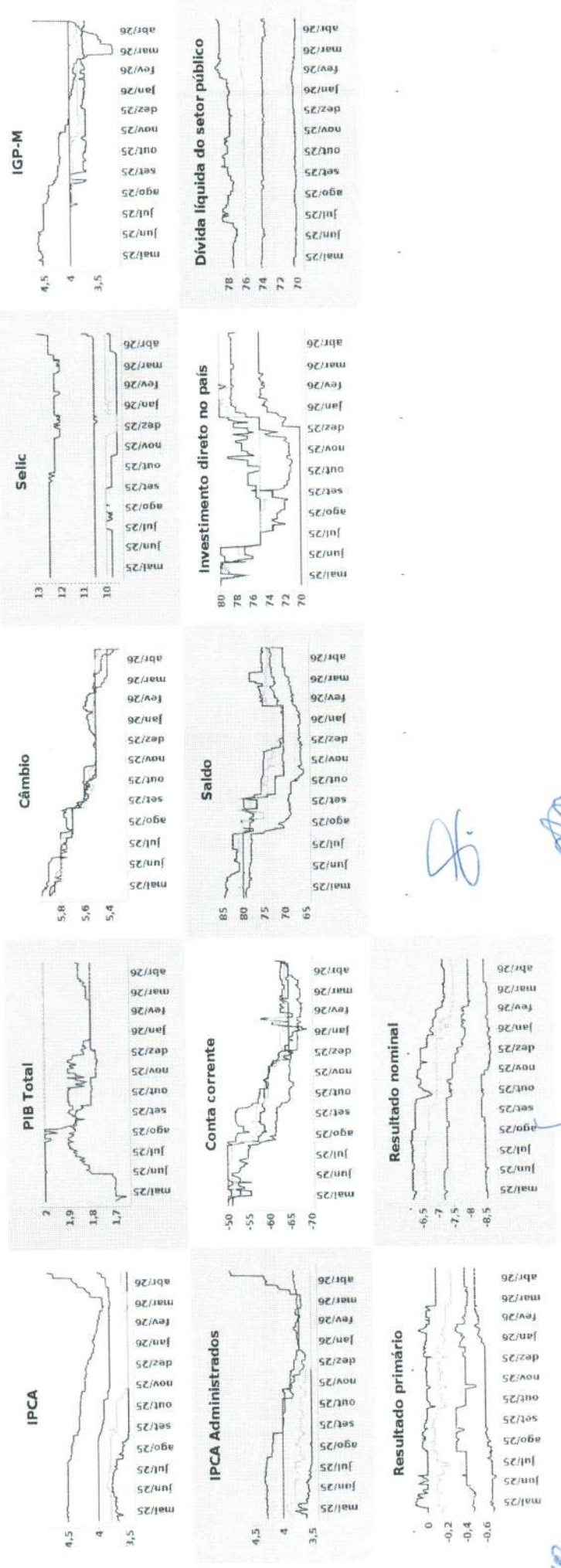

Expectativas de Mercado

17 de abril de 2026

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

	2026				2027				2028				2029			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. **	Comp. semanal*	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. **
Mediana - Agregado																
IPCA (variação %)	4,17	4,71	4,80 ▲ (6)	158	4,85	112	3,80	3,91	3,99 ▲ (4)	151	4,00	108	3,52	3,60	3,64 = (2)	319
IPCA Administrados	3,45	3,86	4,66 ▲ (7)	70	4,81	50	4,00	4,00	4,00 = (9)	64	4,00	46	3,85	3,82	3,82 = (1)	59
IPCA não Administrados	4,02	4,87	4,90 ▲ (2)	106	4,90	80	3,77	3,80	3,80 = (1)	92	3,80	70	4,50	4,50	4,50 = (23)	69
Conta corrente (US\$ bilhões)	-66,80	-64,70	-62,00 ▲ (2)	41	-59,35	22	-64,50	-65,00	-62,50 ▲ (1)	38	-62,00	21	-61,03	-64,05	-64,05 = (3)	26
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,00	70,00	72,65 ▲ (1)	40	73,90	20	73,00	73,10	74,00 ▲ (1)	39	73,70	19	74,36	75,50	73,90 ▼ (1)	29
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	75,00	75,00	75,00 = (9)	42	75,00	22	78,50	78,50	78,00 ▼ (1)	41	75,10	21	80,00	80,00	80,00 = (10)	32
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	69,90	69,90	69,90 = (4)	56	69,90	36	73,80	73,46	73,51 ▲ (1)	54	73,50	35	76,40	76,40	76,37 ▼ (1)	47
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50 = (9)	63	-0,50	39	-0,40	-0,40	-0,40 = (4)	59	-0,42	37	-0,20	-0,25	-0,25 = (1)	49
Resultado primário (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50 = (5)	53	-8,50	32	-8,00	-8,00	-8,00 = (9)	50	-8,10	31	-7,95	-7,90	-7,90 = (1)	41
Resultado nominal (% do PIB)																

* comportamento dos indicadores desde o FOCUS-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento. ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Jullio' and another that looks like 'Zoo'.

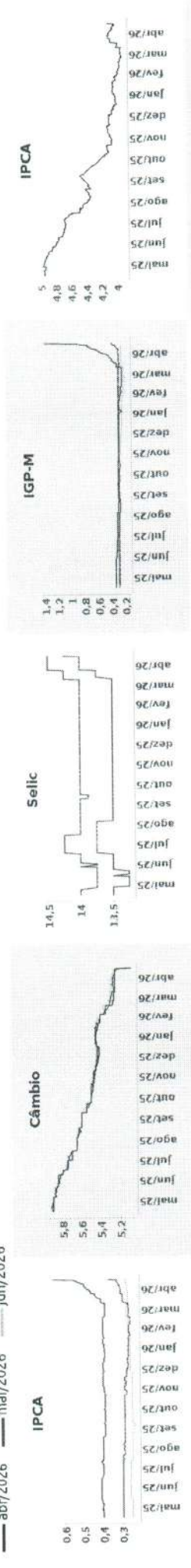
Expectativas de Mercado

17 de abril de 2026

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

	abr/2026			mai/2026			jun/2026		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*
IPCA (variação %)	0,43	0,50	0,66 ▲ (6)	0,30	0,32	0,37 ▲ (2)	0,27	0,28	0,30 ▲ (1)
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,08 ▼ (1)	5,27	5,25	5,11 ▼ (2)	5,38	5,26	5,15 ▼ (2)
Selic (% a.a)	14,25	14,50	14,50 = (3)	0,29	0,32	0,40 ▲ (3)	13,75	14,00	14,25 ▲ (1)
IGP-M (variação %)	0,36	0,70	1,39 ▲ (6)	0,29	0,32	0,40 ▲ (3)	0,25	0,26	0,26 = (1)
Resp. 5 dias úteis	152	124	155	151	123	150	150	128	150

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento. ** respondentes nos últimos 30 dias



[Handwritten signatures and notes in blue ink]